



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1118940-97.2020.8.26.0100**
 Classe - Assunto: **Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Ministério Público do Estado de São Paulo**
 Requerido: **Douglas Garcia Bispo dos Santos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Márcio Teixeira Laranjo**

Vistos.

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO ajuizou a presente ação civil pública contra **DOUGLAS GARCIA BISPO DOS SANTOS**, ao fundamento de que este, deputado estadual, valendo-se da publicidade que de tal condição verte, promoveu, em rede social de sua titularidade, campanha mirada a angariar informações acerca de quaisquer que se denominassem antifascistas. A tanto, instigou seus seguidores para que lhe encaminhassem, por mensagem eletrônica, informações identificadoras dos referidos antifascistas. Nos dias que se sucederam à convocação, manifestou-se o requerido, por vezes, afirmando que obtivera informações acerca de centenas de pessoas, a quem atribuía condutas não somente de manifestação ideológica antifascista, mas, antes, de cunho terrorista e criminoso. Na semana mesmo em que promovida a suposta perscrutação massiva, milhares de pessoas receberam, pelo aplicativo de mensagens *whatsapp* e por correio eletrônico, uma lista contendo dados pessoais de mais de mil pessoas, formatada aos moldes outrora indicados, pelo requerido, em suas publicações na rede eletrônica. Grifou que referido dossiê contém plúrimos dados privados de cada qual dos indivíduos listados, tais quais nome completo, RG, CPF, endereços, telefones, veículos etc. Desenvolveu percuciente análise acerca do antifascismo e direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos vilipendiados pela conduta ilícita do requerido. Requereu, a título antecipatório, que o requerido fosse prontamente compelido a retirar, de sua rede eletrônica, toda e qualquer postagem que contenha expressa menção ao "dossiê antifascista", abstendo-se, ainda, de promover qualquer outra divulgação de teor

1118940-97.2020.8.26.0100 - lauda 1



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

símile, sob pena de multa. A título final, renovou o pleito antecipatório e pugnou pela condenação do requerido: na obrigação de fazer consistente em retratar-se às pessoas listadas no dossiê, na forma delineada a fls. 59, item 2; no pagamento da quantia de R\$200.000,00 ao Fundo Estadual de Direitos Coletivos, a título de dano moral difuso e coletivo; no pagamento de indenizações genéricas pelos danos materiais e morais experimentados individualmente por cada qual das pessoas incluídas no dossiê. Apresilhou documentos (fls. 63/152).

O juízo indeferiu a antecipação dos efeitos da tutela (fls. 153/155).

Citado (fls. 161), o requerido ofertou resposta (fls. 162/203), na qual arguiu, preliminarmente, a inépcia da inicial, porque mal concatenados os fatos lá narrados; e a falta de interesse processual e ilegitimidade do Ministério Público, pois que individualizados cada qual dos terceiros mencionados no referido dossiê, competindo-lhes, se assim lhes aprouver, o manejo individualizado de medidas que reputarem cabíveis, não competindo ao órgão estatal a avocação de tal prerrogativa. Ainda na seara preliminar, aduziu que o Ministério Público atua, aqui, na defesa de verdadeira facção ilegítima, em afronta às atribuições institucionais que lhe são caras. Gizou, ainda, que há atuação afrontosa a coisa julgada, ante o julgamento de feito de número 1020728-47.2020.8.26.0001, e violadora da neutralidade ideológica e política que do fiscal da lei se exige. Em continuidade, impugnou o valor da causa, pois exacerbado e fiado em valor hipotético. No mérito, aduziu que, em 31 de maio de 2020, grupos ideológicos diversos, dentro os quais aqueles denominados "antifas", manifestaram-se, de forma violenta, em várias localidades, inclusive na Avenida Paulista, nesta cidade e comarca, donde se deram atos de vandalismo e agressões físicas a terceiros. Alegou, pois, que, sendo deputado estadual, viu-se compelido a auxiliar as forças de segurança pública a identificarem os membros de tais grupos antidemocráticos, pelo que promoveu chamamento público, a fim de que seus seguidores lhe enviassem informações sobre os supostos delinquentes. Sustentou que, dias após, criminosos divulgaram dados particulares seus, o que fez com que a busca pela obtenção de informações acerca dos antifascistas assumisse, também, caráter de autotutela. Alegou que, pouco depois de ter amealhado



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

informações acerca dos terceiros, passou a circular, na rede mundial de computadores, o dossiê que dá fundo à lide. Grifou, contudo, que nunca deu publicidade aos dados que lhe foram remetidos, sendo que o dossiê objeto da controvérsia já circulava nas redes desde anos pretéritos. Aduziu, ainda, que os dados contidos no dossiê são públicos e passíveis de extração diretamente de fontes abertas, tais quais redes sociais e afins. Teceu comentários acerca do antifascismo e do grupo denominado "antifa". Acenou à impossibilidade de defesa de direitos individuais disponíveis, por tal via processual, bem como à licitude de suas condutas, pois que mirada ao combate a grupo marginal e clandestino. Sustenta que resguardado inclusive por proteção constitucional, em suas condutas, inclusive pelo fato de que, sendo parlamentar, goza de imunidade. Sustenta que não provados, pelo demandante, os fatos constitutivos da pretensão, reiterando, ainda, que os dados divulgados são de obtenção possível pela consulta a fontes abertas, inexistindo perscrutação indevida. Narra que não ocorrida violação à honra dos envolvidos e lesão imaterial qualquer, seja coletiva, seja individual. Adjetiva de extorsivo o valor atribuído ao pleito indenizatório e acena à má-fé do ente ministerial, pelo que rigorosa sua condenação na paga de honorários advocatícios. Com a defesa, documentos (fls. 204/266).

Réplica a fls. 273/293.

A fls. 298/301, o requerido aduz que o feito encontra vício insanável, repousado no fato de que se dá com fulcro em procedimento investigatório que não observou o foro por prerrogativa conferido ao demandando, deputado estadual. Acena, ainda, que, por razão da imunidade parlamentar, é inviolável por manifestações decorrentes de sua atuação, enquanto deputado, não se admitindo, também por este fato, a admissão do pleito aqui tecido.

A fls. 304/305, rebate do Ministério Público, aduzindo que o foro por prerrogativa de função fixa apenas competência penal, sendo irrelevante ao curso da lide presente.

A fls. 312, 421/422, 429/430, 421/422, 429/430, 438/439, 446/447, 454/455, 464/465, 475/476, 484/485, 493/494, 502/503, 510/511, 518/519, 528/529, 536/537, 546/547 e 555/556, a habilitação de terceiros interessados, nos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

moldes dos despachos de fls. 418, 437, 474 e 573.

A fls. 563/564, habilitação de assistente simples do Ministério Público, nos termos da decisão de fls. 582.

É o relatório.

DECIDO.

Repilo as preliminares arguidas pelo requerido, a principiar pela inépcia da inicial.

A petição inicial não é inepta, pois satisfaz os requisitos processuais legais, permitindo a plena identificação dos elementos da ação proposta, qual seja, as partes, pedidos e causa de pedir.

No tom, de se notar que atribuída conduta certa ao requerente - o amearhar de informações de particulares e sua póstuma divulgação, de forma desautorizada - , bem como delineadas as consequências que daí teriam advindo - lesão imaterial, coletiva e individual, pelo desrespeito à honra, respeitabilidade vida privada e direitos conexos de cada qual dos indivíduos - , concatenando-se de forma lógica a narrativa de átrio, de modo que suficiente a externar, irrepreensível, no que atine à forma, a pretensão exercitada.

Em continuidade, tenho que goza de legitimidade o Ministério Público.

A despeito não conferida ao Ministério Público, expressamente, no texto constitucional, a atribuição de defesa dos direitos individuais homogêneos, por certo que tal prerrogativa se lhe verte do disposto no artigo 129, III e IX, da Carta da República, pelos quais autorizado o exercício de funções outras, além daquelas insculpidas na cabeça do artigo, a fim de defendidos interesses de relevância social.

No tom, a lição de José Adércio Leite Sampaio, ao comentar o artigo 129 da Constituição Federal:

"As questões de direito coletivo, temário indispensável do Direito do século XXI, surgem das complexidades de estruturas sociais



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

heterogêneas de nosso tempo e desafiam uma proteção efetiva, não só por meio de políticas públicas, mas também de instrumentos processuais de tutela, sendo necessária a adaptação dos convencionais mecanismos do processo, sobretudo por meio de uma legitimidade ativa alargada, como reconhece expressamente o §1º. A função do Ministério Público nesse domínio matiza seu caráter de órgão estatal, para situá-lo em uma zona de comunicação entre o Estado e o sistema social. É visto, assim, numa relação conflitual, ora em relação à sociedade, na realização de valores objetivos; ora em relação ao Estado, em face de omissões e de ações que violem direitos constitucionais e legais. Nessa linha é que o Supremo Tribunal reconheceu a legitimidade do Ministério Público para ajuizamento de ação civil pública destinada a adequar mensalidades escolares às normas de reajuste [...], dada a natureza coletiva do interesse em jogo, afastando a tese de haver, no caso, uma tutela estatal de interesses privados ou usurpação das atribuições do advogado [...]. O Supremo Tribunal Federal não reconhece, no entanto, a tutela de todo e qualquer interesse individual homogêneo. Requer a existência de uma situação ou condição de consumidor, de relação de consumo ou da presença de direitos coletivos, interesses sociais ou individuais indisponíveis (Pleno, RE 195.056/PR)" (in Comentários à Constituição do Brasil; J.J. Gomes Canotilho et. al.; 2ª Edição; São Paulo: Saraiva Educação; 2018; p. 1.645, tópico 2).

E, ainda, a lição de Adriano Andrade, Cleber Masson e Landolfo Andrade:

"[...] O Ministério Público só tem legitimidade se houver relevância social (interesse social qualificado): é mister analisar se há compatibilidade entre sua defesa e a função constitucional da instituição, voltada à proteção dos interesses sociais (art. 127, caput) e a assegurar o efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionais (art. 129, II). Logo, o Parquet estará legitimado a defender interesses individuais homogêneos somente se houver relevância social (interesse social qualificado) na sua defesa. Diz-se, ainda, que essa legitimidade ocorre quando tais direitos têm repercussão no interesse público." (in Interesses difusos e coletivos; 10ª Edição; Rio de Janeiro: Forense; 2020; p. 80/81).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Ora, aqui, em análise abstrata, tal qual se exige pela teoria da asserção, extrai-se interesse público na defesa dos direitos individuais homogêneos supostamente vilipendiados, pois que a conduta atribuída ao requerido transbordaria por além da simples ofensa à honra de cada uma das pessoas listadas no dossiê, afrontando, antes, as próprias balizas da dignidade humana e do estado democrático, tais quais a segurança, intimidade, liberdades ideológica e política. Isto, quão mais se considerarmos que se contam às centenas os prejudicados e que supostamente praticada a conduta lesiva não por simples particular, mas por parlamentar.

E não se diga que há, no caso em testilha, ofensa qualquer à finalidade institucional do Ministério Público, ante o caráter dos terceiros titulares dos direitos cuja defesa se intenta, pois que inexistente, aqui, mínimo indício de que aqueles listados no dossiê integrem, todos, organizações terroristas, criminosas ou antidemocráticas. Ao revés, tira-se, das habilitações promovidas nos autos (312, 421/422, 429/430, 421/422, 429/430, 438/439, 446/447, 454/455, 464/465, 475/476, 484/485, 493/494, 502/503, 510/511, 518/519, 528/529, 536/537, 546/547 e 555/556), que foram sujeitos à exposição, pelo dossiê objeto da controvérsia, cidadãos de vida lúdica e comum, em nada afeitos aos supostos grupos armados assinalados a fls. 164, e que merecem, assim, eventual proteção estatal.

Destarte presente o interesse público, desponta legitimado o Ministério Público à defesa dos interesses individuais homogêneos violados.

Por consectário da exposição sobredita, tira-se, igualmente, o interesse processual do Ministério Público.

As condições da ação devem ser analisadas em abstrato, ou seja, de acordo com a fundamentação fática e jurídica exposta na petição inicial. No caso em julgamento, reconhecida a possibilidade conjectural de violação ao interesse público, desponta inescapável a identificação do interesse processual do Ministério Público, tanto pela necessidade de uma tutela jurisdicional quanto pela adequação daquela pleiteada.

Se há violação ao interesse público, por certo que surge



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ao *parquet*, daquele guardião, a necessidade da obtenção de tutela jurisdicional hábil ao saneamento da ofensa, mostrando-se perfeitamente adequado a referido fim o instrumento da Ação Civil Pública, quando, tal qual aqui, de cunho individual homogêneo o direito ofendido.

O valor da causa mostra-se acertado.

À causa deve ser dado valor correspondente à benesse perseguida, pelo que se mostra acertado, aqui, sua fixação em patamar correspondente ao dano moral coletivo cuja paga se intenta, atendendo-se perfeitamente ao disposto no artigo 292, V, do Código de Processo Civil.

No ponto, inexistente exacerbação do pleito indenizatório, pois que se mostra razoável ao suposto dano causa, que se espargue a centenas de terceiros e mesmo a toda a coletividade. Há, nesta seara abstracionista, adoção de valor que adequadamente atende à dúplice finalidade do dano imaterial que se persegue - reparatória, ante a possível abrangência do dano; e punitiva, ante a figura de seu causador.

Inexiste, ainda, ofensa qualquer à coisa julgada, pelo curso da lide presente, ante o prévio julgamento dos autos de número 1020728-47.2020.8.26.0001 (fls. 219/236), pois que evidentemente não há repetição do feito individual, quando do manejo de ação coletiva, inexistindo reprodução mimética dos elementos da ação.

Dá-se, com o prévio julgamento individual, quão muito, a impossibilidade, no que atine ao autor da referida ação, de aproveitamento do título coletivo posteriormente exarado.

Por fim, lancemo-nos às nulidades arguidas a fls. 298/301.

Não há que se falar em vício qualquer, no procedimento preparatório cível conduzido pelo Ministério Público, pois que a observância do foro por prerrogativa de função, no que toca a procedimentos investigativos, cinge-se àqueles de cunho penal, como se tira da literalidade do artigo 14, §11, da Constituição Estadual, onde bem grafado que "*salvo as hipóteses do § 10, os procedimentos investigatórios e as suas*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

*diligências de caráter instrutório somente serão promovidos perante o Tribunal de Justiça, e sob seu controle, a quem caberá ordenar toda e qualquer providência necessária à obtenção de dados probatórios para demonstração de alegado **delito** de deputado" (grifo nosso).*

Ora, da lei se deve presumir tecnicidade, pelo que, se optou o legislador pela utilização da palavra *delito*, por certo que cingiu o escopo do dispositivo à seara penal, pois que somente nesta é utilizado tal termo, em nosso ordenamento.

Demais, não se exige, ao ajuizamento do presente instrumento processual, a prévia constituição de procedimento preparatório, de modo que o vício que por este eventualmente recaia não terá o condão de invalidar a ação póstuma, mas, quão muito, tornar sem valia probatória os elementos indiciários colhidos no feito viciado.

É dizer, ainda que admitida, hipoteticamente, a nulidade das diligências prévias adotadas pelo Ministério Público, haverá, aqui, tão somente, repercussão probatória, a ser mensurada quando do desate de mérito, inexistindo nulidade qualquer do feito em si.

Por fim, urdida a aventada imunidade parlamentar ao mérito, de modo que com este será decidida, pois que voltada justamente à exclusão de responsabilidade do requerido.

Assim, soçobra o intento nulificador lançado.

No mérito, o pedido procede em parte.

Tornou-se inconteste, no curso do feito, que o requerido, movido por concepção ideológica que reputava acertada, instou seus seguidores, em rede social, a amealharem e lhe remeterem dados e informações atinentes a supostos antifascistas, grupo este que adjetivou de criminoso e antidemocrático. Tal fato é bem demonstrado pelo documento de fls. 71 e, ademais, confessado pelo demandado, em sua defesa (fls. 169, segundo parágrafo).

O alinhar de dossiê no qual arrolados terceiros



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

quaisquer, pelo simples fato de que supostamente professassem ideologia divergente tem intento inequívoco de póstuma divulgação, publicização, ainda que a grupo estreito, delimitado, não sendo crível que tal formato de pesquisa, descriterioso, efetivamente servisse ao fim de auxílio às forças de segurança e, quão menos, a autotutela do requerido, ademais inadmissível em um Estado de Direito.

É dizer, a colheita alheia de informações, mediante consulta pública, em rede social, porque ampla e não balizada por critério objetivo, por certo não resultaria na identificação dos indivíduos efetivamente responsáveis pelos supostos atos de barbárie narrados na defesa, servindo menos ainda à delineação daqueles que supostamente tornaram públicos os dados pessoais do requerido. Tão assim, que o próprio requerido desmerece os dados colhidos, arguindo que públicos e irrelevantes a seus titulares, nunca os conseguindo adir, efetivamente, a conduta criminosa qualquer.

Noutros termos, arrecadaram-se dados de mínima prestabilidade à segurança pública, mas de relevo à exposição político-sectária que hodiernamente se tem vivenciado no Brasil.

Irrelevante, no ponto, que as informações e dados amealhados já existissem, de antes, como faz crer o documento de fls. 204/218, porquanto certo que o requerido incentivou a vinda de novos dados e promoveu, igualmente, a copilação das informações todas obtidas, inclusive as tendo remetido às autoridades policiais (fls. 170, primeiro parágrafo).

Assim, inegável que o requerido contribuiu, ainda que de forma transversa, à colheita e divulgação de dados de terceiros, pois que literalmente requereu, de seus seguidores, a remessa de dados de "antifascistas" e o compartilhamento da publicação correlata, buscando nada menos que a máxima publicidade da campanha tentada.

Ora, assim agindo, o réu, enquanto liderança política de destaque, incentivou milhares de sectários, ideologicamente vinculados, a copilarem e divulgarem os dados de terceiros. Ainda que o requerido não tenha pessoalmente divulgado, na rede mundial de computadores, os dados de qualquer um dos supostos



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

antifascistas, incentivou deliberadamente que milhares de pessoas os fizessem.

E não se diga que os dados expostos, porque públicos em fração, não merecem proteção.

Tira-se, das plúrimas habilitações promovidas nos autos e mesmo dos elementos de convicção amealhados pelo Ministério Público, que o dossiê controvertido, longe de arrolar apenas dados irrelevantes, por vezes assinalava a documentos de identificação dos terceiros (*e.g.* fls. 450, 470), seus endereços (*e.g.* fls. 480, 489 e 559) e telefones (*e.g.* fls. 102, 480 559), informações que são evidentemente sensíveis e protegidas pelo direito fundamental à privacidade.

Demais, de se notar que mesmo a exposição de dados públicos assume proporção lacerante a seus titulares, quando se dá justamente perante grupos de convicção contrária, em época tal qual a presente, sulcada por grande polarização política e radicalismo.

Ainda, o fato de que a divulgação de dados privados, pelo seu titular, em rede social ou afim, não implica em tácita autorização para seu uso, por terceiros quaisquer, quão mais com o fito persecutório aqui desenhado.

Grife-se, não há demérito qualquer no autorreconhecimento, autoidentificação, como antifascista, motivo ademais de orgulho para muitos que assim são lembrados. Todavia, ser assim reconhecido, em lista divulgada entre grupos de ideologia diversa e, por vezes, radical e violenta, nos tempos hodiernos, caracteriza difícil exposição.

Isto, quão mais no caso em testilha, em que referido dossiê foi entregue às autoridades policiais, como se criminosos fossem todos aqueles lá enumerados, sem que, todavia, houvesse a imputação de qualquer crime concreto. Deu-se a acusação apenas pela adoção, por terceiros, de ideologia contrária ao grupo do requerido, uma conduta sectária e manifestamente autoritária, que não aceita divergências típicas de uma democracia.

Evidente, pois, a repercussão deletéria, a mácula subjetiva, impingida àqueles cujos dados foram arrolados no dossiê e postumamente



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

divulgados, consubstanciada pela manifesta violação a seu direito de privacidade, honra e mesmo a suas liberdades políticas e de opinião, sendo inescapável o correlato dever de indenizar.

Em igual sentir, a pertinente lição de José Adércio Leite Sampaio, ao comentar o artigo 5º, X, da Constituição Federal:

"Em se tratando de pessoa natural, não há necessidade de comprovação de dor e sofrimento, bastando que seja demonstrada a ocorrência de ofensa aos direitos da esfera privada ou, de modo mais amplo, injusto atentado à dignidade humana [...] A captação de informações pessoais e da imagem, assim como sua divulgação não autorizada ou atentando à honra ensejam indenização a esse título." (in Comentários à Constituição do Brasil; J.J. Gomes Canotilho et. al.; 2ª Edição; São Paulo: Saraiva Educação; 2018; p. 300, em continuidade ao tópico 11).

Assim, demonstrada a conduta do requerido, consubstanciada na instigação de seus sectários, copilação das informações por estes colhidas e mesmo divulgação destas às autoridades policiais; o dano aos terceiros cujos dados foram expostos no pernicioso rol; e o nexos causal entre a ação e o resultado; preenchidos os pressupostos da responsabilização civil, sendo mister a imposição, ao requerido, da obrigação de reparar, pontualmente, cada qual dos ofendidos, pelos danos morais e materiais experimentados, merecendo acolhida o pleito de condenação genérica voltado a tal fim, na forma do pleito de fls. 59, item 4.

E não se diga que escudado o requerido por sua condição de parlamentar, incidindo à espécie a excludente de responsabilidade corporificada pela imunidade material.

A pretensão atrial caça precípua azo na divulgação, pelo requerido, de informações pessoais de terceiros, obtidas, valoradas e espargidas de forma ilícita, vexatória e lesiva, não havendo, aqui, intento qualquer de responsabilização daquele por opinião, palavra ou voto que haja exarado, enquanto parlamentar, em nada sendo atraída, pois, a imunidade material aventada.

No passo, a pertinente lição de Marcelo Novelino:



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

"A imunidade material 'não confere aos parlamentares o direito de empregar expediente fraudulento, artificioso ou artiloso, voltado a alterar a verdade da informação, com o fim de desqualificar ou imputar fato desonroso à reputação de terceiros'. Em se tratando de manifestações dessa natureza, por não possuírem relação intrínseca com o livre exercício da função parlamentar, a inviolabilidade deve ser afastada." (in Curso de Direito Constitucional; 16ª edição; Salvador: JusPodivm; 2021; p. 691, tópico 8.1).

Ainda no tom, o E. STF, quando do desate de contenda criminal, porém externando entendimento evidentemente aplicável ao caso em testilha:

"PENAL. QUEIXA-CRIME. DIFAMAÇÃO. DOLO. ANIMUS DIFAMANDI. DELITO, EM TESE, CONFIGURADO. QUEIXA-CRIME RECEBIDA. 1. A inicial acusatória deve alicerçar-se em elementos probatórios mínimos que demonstrem a materialidade do fato delituoso e indícios suficientes de autoria, em respeito aos princípios constitucionais do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa (artigo 5º, LIV e LV da Constituição). 2. In casu, o Querelado é acusado de ter publicado, através do Facebook, trecho cortado de um discurso do Querelante, conferindo-lhe conotação racista. 3. É que, no trecho publicado, reproduz-se unicamente a frase "uma pessoa negra e pobre é potencialmente perigosa". Ocorre que, ao conferir-se a íntegra do discurso no site do Congresso Nacional, verifica-se que o sentido da fala do Querelante era absolutamente oposto ao veiculado pelo Querelado, conforme se extrai do seguinte trecho: "há um imaginário impregnado, sobretudo nos agentes das forças de segurança, de que uma pessoa negra e pobre é potencialmente perigosa". 4. O ato de edição, corte ou montagem, segundo a lição especializada, "tem por objetivo guiar o espectador", razão pela qual o seu emprego, quando voltado a difamar a honra de terceiros, configura o dolo da prática, em tese, criminosa. 5. Consectariamente, conclui-se que a publicação do vídeo, mediante corte da fala original, constituiu emprego de expediente fraudulento, voltado a atribuir ao Querelante fato ofensivo à sua honra, qual seja, a prática de preconceito racial e social. O animus difamandi conduz, nesta fase, ao recebimento da Queixa-Crime. 6. (a) A imunidade parlamentar material cobra, para sua incidência no momento do recebimento da denúncia, a constatação,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

primo ictu oculi, do liame direto entre o fato apontado como crime contra a honra e o exercício do mandato parlamentar, pelo ofensor. 7. A liberdade de opinião e manifestação do parlamentar, racione muneris, impõe contornos à imunidade material, nos limites estritamente necessários à defesa do mandato contra o arbítrio, à luz do princípio republicano que norteia a Constituição Federal. 8. A imunidade parlamentar material, estabelecida para fins de proteção republicana ao livre exercício do mandato, não confere aos parlamentares o direito de empregar expediente fraudulento, artificioso ou ardiloso, voltado a alterar a verdade da informação, com o fim de desqualificar ou imputar fato desonroso à reputação de terceiros. 9. Consectariamente, cuidando-se de manifestação veiculada por meio de ampla divulgação (rede social), destituída, ao menos numa análise prelibatória, de relação intrínseca com o livre exercício da função parlamentar, deve ser afastada a incidência da imunidade prevista no art. 53 da Constituição Federal. 10. Ex positis, recebo a queixa-crime." (Pet 5705, Relator(a): Luiz Fux, Primeira Turma, julgado em 05 de setembro de /2017, Acórdão Eletrônico DJe-234, publicado em 13 de outubro de 2017, grifo nosso).

Assim, inescapável o dever de indenizar.

Apenas gizo, para que elididos embates processuais futuros, que a condenação genérica aqui proferida não implicará em atração, ao presente juízo, das ações individuais já em curso, pois que se dará, quanto a estas, o transporte *in utilibus* da coisa julgada coletiva, se acolhido o pedido, promovendo-se, de então, a conversão dos feitos cognitivos individuais em liquidatórios, pelo procedimento comum, na forma do artigo 511 do Código de Processo Civil.

Igualmente, eventuais pretensões individuais ainda não exercitadas deverão se desenrolar em autônomos feitos liquidatórios, livremente distribuídos, segundo as normas regulares de delimitação de competência, dando-se concretude particularizadora à genérica sentença coletiva exarada, sem que haja subsunção daqueles ao presente juízo.

Pensar inverso implicaria na reunião de centenas ou milhares de ações, perante singular julgador, em claro óbice ao desate racional de cada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

qual das pretensões. Haveria negação de sentido à própria tutela coletiva, que visa por fim, em ato único e econômico, a uma universalidade de pretensões individuais homogêneas.

Trata-se de interpretação extraída do ditame contido no artigo 104 do Código de Defesa do Consumidor, aplicável à universalidade das ações coletivas, ante o microsistema processual coletivo existente, somado à possibilidade de suspensão *ex officio* de cada qual das lides individuais.

Em igual passada, quando do desate de recurso repetitivo, o E. S.T.J:

"RECURSO REPETITIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO COLETIVA. MACRO-LIDE. CORREÇÃO DE SALDOS DE CADERNETAS DE POUPANÇA. SUSTAÇÃO DE ANDAMENTO DE AÇÕES INDIVIDUAIS. POSSIBILIDADE. 1.- Ajuizada ação coletiva atinente a macro-lide geradora de processos multitudinários, suspendem-se as ações individuais, no aguardo do julgamento da ação coletiva. 2.- Entendimento que não nega vigência aos arts. 51, IV e § 1º, 103 e 104 do Código de Defesa do Consumidor; 122 e 166 do Código Civil; e 2º e 6º do Código de Processo Civil, com os quais se harmoniza, atualizando-lhes a interpretação extraída da potencialidade desses dispositivos legais ante a diretriz legal resultante do disposto no art. 543-C do Código de Processo Civil, com a redação dada pela Lei dos Recursos Repetitivos (Lei n. 11.672, de 8.5.2008). 3.- Recurso Especial improvido" (STJ – Segunda Seção – REsp nº 1.110.549/RS – Rel. Min. Sidnei Beneti – J. 28 de outubro de 2009).

Fixados tais marcos, atinentes à condenação indenizatória genérica, lancemo-nos, agora, à análise da possibilidade de condenação por dano moral coletivo.

No passo, não há que se falar em condenação por dano moral coletivo.

Firmou-se, na recente jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça, que descabido o reconhecimento de lesão imaterial coletiva, quando em voga violação a direitos individuais homogêneos, tal qual se dá no caso em testilha,



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

pois que referido dano coletivo teria escopo eminentemente transindividual, voltado ao apenamento por lesão a direito coletivo típico.

É dizer, presta-se o dano moral coletivo à função exclusiva de punição por atentado grave a direitos difusos e coletivos. Noutra banda, saneiam-se as ofensas aos direitos individuais com dimensão coletiva, ainda que gravosas, e extensas, pela particularizada reparação de cada qual dos sujeitos cujo direito foi violado, mediante póstuma liquidação do título coletivo, atingindo-se resultado também disciplinar, porém pela adequada individualização do dano, ante o caráter individualizado de cada relação jurídica.

Neste sentido:

"RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. DANO MORAL COLETIVO. DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. IMPOSSIBILIDADE. 1. O dano moral coletivo é aferível in re ipsa, ou seja, sua configuração decorre da mera constatação da prática de conduta ilícita que, de maneira injusta e intolerável, viole direitos de conteúdo extrapatrimonial da coletividade, revelando-se despicienda a demonstração de prejuízos concretos ou de efetivo abalo moral. Precedentes. 2. Independentemente do número de pessoas concretamente atingidas pela lesão em certo período, o dano moral coletivo deve ser ignóbil e significativo, afetando de forma inescusável e intolerável os valores e interesses coletivos fundamentais. 3. O dano moral coletivo é essencialmente transindividual, de natureza coletiva típica, tendo como destinação os interesses difusos e coletivos, não se compatibilizando com a tutela de direitos individuais homogêneos. 4. A condenação em danos morais coletivos tem natureza eminentemente sancionatória, com parcela pecuniária arbitrada em prol de um fundo criado pelo art. 13 da LACP - fluid recovery - , ao passo que os danos morais individuais homogêneos, em que os valores destinam-se às vítimas, buscam uma condenação genérica, seguindo para posterior liquidação prevista nos arts. 97 a 100 do CDC. 5. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 1610821/RJ, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 15/12/2020, DJe 26/02/2021, grifo nosso).

Assim, sendo de natureza individual homogênea os



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

direitos cuja violação aqui se reconheceu, descabido o reconhecimento de dano moral coletivo, pelo caráter antagônico dos institutos, quão mais ante a prévia responsabilização do requerido, no curso desta sentença, por cada qual dos danos materiais e morais particularmente identificáveis.

Prosseguindo, não há que se falar em retratação, por parte do requerido.

Grafou-se, no curso da fundamentação e mesmo na peça atrial, que a responsabilidade do requerido decorre da incitação por este promovida, mirada ao incremento, copilação e exposição do malfadado dossiê; e não por razão de afirmação ou expressão específica por aquele utilizada.

É dizer, o teor locucional adotado pelo requerido, seja na publicação eletrônica primeva (fls. 71), que deu azo aos fatos mais que se desenrolaram, seja naquelas mais que a sucederam, ainda que empregador de termos evidentemente impertinentes, como "criminosos" (fls. 76), "terroristas" (fls. 119) e "grupos de extermínio" (fls. 119), porquanto genérico e lançado a esmo, sem imediata urdidura à pessoa específica de quaisquer dos terceiros arrolados no dossiê, não autoriza o pleito de resposta.

Noutros termos, as publicações que deram azo à controvérsia, ainda que permeadas por teor eventualmente contundente, sobremaneira ideológico e mal sopesado, não despontam, por si, como suficientemente lacerantes, vez que não vinculadas, no específico, a qualquer dos terceiros arrolados no dossiê. Inexistindo dano pela palavra, por certo descabido saneamento qualquer por igual via.

Sintetizo: não houve, pelo requerido, afirmação sobre a atividade específica de nenhum dos arrolados no dossiê, pelo que nada há que ser retratado, grifando-se, no ponto, que descabida a retratação em favor de uma coletividade indefinida de denominados "antifascistas" ou afins, pois que se defende, pelo instrumento aqui aviado, o direito individual, porém homogêneo, de cada qual dos vitimados pela exposição do dossiê. Se não há, pela simples dicção do requerido, ofensa específica a cada qual dos indivíduos, igualmente não lhes surge, no abstrato, direito de resposta.

Por lógico desenrolar, vê-se que também descabida a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

ordem de supressão da publicação eletrônica, pois que não padecem de ofensividade imanente, dando-se a repercussão lacerante, conforme já grafado, das condutas mais que aos *posts* acresceram-se, por condução do requerido.

Demais, como já assinalado na decisão de fls. 153/155, sendo conhecido o autor das publicações controvertidas, há de sanar-se o excesso na liberdade de expressão não pelo tolhimento da fala, mas pelo exercício de direito de resposta, se o caso, e, também, por lenitivo reparatório, como aqui se reconheceu, nos termos do artigo 5º, V e X, da Constituição Federal.

Isto, quão mais se consideramos que intentada, pelo requerente, a condenação do requerido na "*obrigação de fazer consistente em tomar imediatas providências para retirar toda e qualquer postagem, vídeo ou mensagem que contenha expressa menção ao 'dossiê antifascista' por ele elaborado, de suas contas e perfis pessoais nas redes sociais; e que também seja condenado à obrigação de não fazer, consistente em não realizar nenhuma outra postagem de mensagem ou vídeo que contenha qualquer tipo de referência e/ou divulgação do referido 'dossiê antifascista', por ele elaborado, sob pena de multa no valor de R\$1.000,00 por dia de descumprimento*" (fls. 58), pleito de generalidade patente e que implicaria em verdadeira censura prévia, o que não se admite.

Não se pode, em exercício de advinhatória abstração, reputar eivadas todas e quaisquer publicações do requerido, especialmente no que remete àquelas futuras e sequer insculpidas no plano da realidade, sob pena de inversa ofensa a também balizar princípio democrático de liberdade. Ao revés, deve ser permitida a expressão, para que, após, afira-se eventual excesso, apenando-se aquele que se exceder.

Assim, o pedido procede em parte, sendo acolhido no que atine à condenação do requerido no pagamento de indenização de cunho compensatório pelos danos materiais e morais causados a todo e qualquer terceiro que teve seu nome arrolado no dossiê que dá fundo à lide e se viu, por razão de tal fato, lesado.

Por conseguinte, vê-se que sucumbiu em parte da lide o requerido - apenas um dos quatro pedidos do Ministério Público foi acolhido, mas o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

principal, por envolver o reconhecimento da antijuridicidade de sua conduta - , pelo que lhe será oposta a paga de 1/2 das custas e despesas processuais.

Oportuno assinalar, no ponto, que a benesse da não antecipação de custas e despesas processuais, no rito presente, é cingida apenas à parte requerente, não beneficiando ao demandado.

Em igual soar:

"PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. OMISSÃO NÃO CONFIGURADA. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. APELAÇÃO DO RÉU. AUSÊNCIA DE PREPARO. ART. 18, DA LEI Nº 7.347/85. DESNECESSIDADE DE ANTECIPAÇÃO DE CUSTAS E DESPESAS PROCESSUAIS. PRIVILÉGIO DA PARTE AUTORA. DESERÇÃO. CARACTERIZAÇÃO. 1. Não viola o artigo 535 do CPC o acórdão que se manifesta sobre questão apontada como omitida. 2. A previsão legal contida na primeira parte do artigo 18 da Lei 7.347/85 ('Nas ações de que trata esta lei, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e qualquer outras despesas') aplica-se exclusivamente à parte autora da ação civil pública. Precedentes. 3. Recurso especial a que se nega provimento." (REsp 479.830/GO, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 03/08/2004, DJ 23/08/2004, p. 122).

Não há condenação em honorários de sucumbência, pois que ao ente ministerial aplica-se a isenção prevista no artigo artigo 18 da Lei 7.347/85, não se verificando, no caso presente, quanto aos pedidos desacolhidos, má-fé do requerente, mas apenas o agitar de soçobrado entendimento jurídico, sem que daí desponte hipótese de sanção.

No tom:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM FAVOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Conforme o entendimento jurisprudencial do STJ, não é cabível a condenação da parte vencida ao pagamento de honorários advocatícios em favor do Ministério Público nos autos de Ação Civil Pública. Nesse sentido: REsp 1.099.573/RJ, 2ª



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
21ª VARA CÍVEL
PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, São Paulo - SP - CEP 01501-900
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe 19.5.2010; REsp 1.038.024/SP, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 24.9.2009; EREsp 895.530/PR, 1ª Seção, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe 18.12.2009. 2. Agravo regimental não provido."(AgRg no REsp 1386342/PR, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/03/2014, DJe 02/04/2014).

Por tais razões, julgo **PROCEDENTE EM PARTE** o pedido formulado, a fim de condenar o requerido no pagamento de indenização de cunho compensatório pelo danos morais e materiais experimentados por todo e qualquer terceiro incluído no dossiê que deu fundo à presente lide, devendo se dar a aferição de legitimidade de cada qual dos supostos interessados, bem como a apuração dos danos, por meio de individuais feitos liquidatórios, observadores do procedimento comum, na forma do artigo 511 do Código de Processo Civil, e livremente distribuídos, nos termos da fundamentação.

Ante a sucumbência proporcional do requerido, condeno-o, ainda, no pagamento de 1/2 das custas e despesas processuais.

Para fins de preparo, adote-se o valor da causa.

No caso de interposição de recurso de apelação, por não haver mais juízo de admissibilidade a ser exercido pelo Juízo *a quo* (art. 1.010, § 3º, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta, no prazo de 15 dias. Em havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, para apreciação do recurso.

Publique-se edital, para que cientificados eventuais interessados, na forma dos artigos 94, do CDC; e 21, da Lei 7.347/85.

Intime-se o Ministério Público, via portal informatizado.

P. R. I.

São Paulo, 02 de agosto de 2.021.]

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**